

1985 a 1986 — Tomou posse como escriturária-dactilógrafa na Direção-geral das Contribuições e Impostos, tendo exercido funções na Taxa Militar.

1986 a 1987 — Nomeada para o Gabinete de Apoio do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do X Governo Constitucional.

1987 a 1991 — Nomeada para o Gabinete de Apoio do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XI Governo Constitucional.

1989 — Tomou posse como Liquidadora Tributária, na Direção-geral das Contribuições e Impostos.

1991 — Nomeada para o Gabinete de Apoio do Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento do XII Governo Constitucional.

1993 a 1995 — Nomeada para o Gabinete de Apoio do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XII Governo Constitucional.

1995 a 1999 — Nomeada para o Gabinete de Apoio do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XIII Governo Constitucional.

1997 — Tomou posse como Técnica Tributária, na Direção-geral das Contribuições e Impostos.

1999 a 2000 — Nomeada para o Gabinete de Apoio do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XIV Governo Constitucional.

2000 a 2001 — Nomeada para o Gabinete de Apoio do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional.

2001 a 2002 — Nomeada para o Gabinete de Apoio do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XIV Governo Constitucional.

2002 a 2011 — Nomeada para os Gabinetes de Apoio dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais do XV, XVI, XVII e XVIII Governos Constitucionais.

2011 a julho de 2017 — Nomeada para o Gabinete de Apoio do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais dos XIX, XX e XXI Governos Constitucionais.

310680493

Despacho n.º 7231/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de técnica especialista do meu gabinete a mestre Sara Margarida Pires Baptista, 1.ª Verificadora Superior da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, à designada é atribuído o estatuto remuneratório equiparado ao de adjunto de gabinete.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela AT, e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 14 de julho de 2017.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

25 de julho de 2017. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes*.

ANEXO

Nota curricular

Sara Margarida Pires Baptista nasceu em Lisboa, em 1978.

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 2002, tendo concluído Pós-Graduação em Direito Fiscal na mesma Faculdade em 2003. Obteve em 2010 o grau de mestre em Direito — Novas Fronteiras do Direito — pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL).

Em 1999 ingressou nos quadros da Direção-Geral dos Impostos (DGCI), onde exerceu funções em diversos serviços, como Técnica de Administração Tributária Adjunta. Ingressou na carreira técnica superior aduaneira da Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) em 2005, tendo desempenhado, desde então, funções como jurista nas Direções de Serviços de Consultadoria Jurídica e do Contencioso dessa Direção-Geral e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

Exerceu o cargo de Técnica Especialista no Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais entre março de 2017 e julho de 2017.

310680152

Gabinete da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público

Despacho n.º 7232/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, no n.º 3 do artigo 10.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como chefe do meu gabinete a licenciada Emília Maria Gago Afonso, técnica superior do Município de Lisboa.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 26 de julho de 2017.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

28 de julho de 2017. — A Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, *Maria de Fátima de Jesus Fonseca*.

ANEXO

Nota Curricular

Nome — Emília Maria Gago Afonso;

Data de nascimento: 05 de abril de 1966;

Habilitações académicas: Licenciatura em Direito, na área de ciências jurídicas, pela Universidade Lusíada de Lisboa, concluída em 1989;

Pós-graduação de Ciências Jurídico-Administrativas realizada em 1998, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

FORGEP realizado em 2011, no INA — Instituto Nacional de Administração; Atividade profissional:

Desde 1 de setembro de 2014 exerceu o cargo de Diretora de Serviços Administrativos, da Direção-Geral do Orçamento, em regime de substituição, no qual coordenou e dirigiu as Divisões de Gestão de Recursos Humanos e de Recursos Financeiros, foi designada como interlocutora com a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças no âmbito do modelo de partilha de serviços comuns, tendo sido designada para a Comissão criada por SE o Ministro das Finanças com a missão de avaliar e apresentar medidas concretas que promovessem a utilização mais racional de todos os espaços do edifício-sede do Ministério das Finanças; Desde 2014 a 2016, exerceu as funções de secretária do Conselho Consultivo Técnico para a Reforma do Processo Orçamental, na Direção-Geral. Desde 01 de novembro de 2013, prestou assessoria jurídica à Diretora-Geral do Orçamento, em diversas matérias ligadas à gestão de recursos;

Desde 16 de setembro de 2013 a 31 de outubro de 2013, técnica superior jurista no Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa, a prestar apoio jurídico ao Diretor do Departamento;

Desde 19 de novembro de 2012 a 15 de setembro de 2013, nomeada, em regime de substituição como Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio Jurídico, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., na sequência da fusão do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. com a Autoridade Florestal Nacional.

Nomeada como membro da Comissão do Domínio Público Marítimo através do Despacho n.º 12779/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 28 de setembro, e designada como secretária do conselho diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.; Deu apoio na elaboração dos diplomas de criação e dos estatutos do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF), bem como apoiou a elaboração do despacho de criação e das atribuições das unidades orgânicas dos serviços centrais do ICNF; Deu apoio na elaboração do plano de fusão e realização de reuniões do grupo da área jurídica, tendo contribuído para os diversos trabalhos necessários à fusão e extinção de dois organismos.

Desde 01 de outubro de 2008 a 18 de novembro de 2012 nomeada como Coordenadora do Gabinete Jurídico, do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.;

Desde 16 de junho de 2008 e até 01 de outubro de 2008 — assessora jurídica da Diretora Municipal dos Serviços Centrais da Câmara Municipal de Lisboa, para as áreas da contratação pública e da modernização administrativa tendo contribuído para a elaboração do programa Simplis.